

SUMÁRIO

Prefácio à segunda edição.....	11
Prefácio à primeira edição.....	21
Introdução.....	25
CAPÍTULO 1. Classe, luta de classes e formação da consciência no capitalismo	31
1.1 “A classe trabalhadora tem dois sexos” e “raça”/etnia	34
1.2 Formação da consciência de classe.....	43
1.2.1 Ideologia, alienação e formas de consciência.....	48
CAPÍTULO 2. Fundamentos teórico-políticos do feminismo: uma contribuição indispensável ao socialismo	69
2.1 A consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça” e classe	70
2.2 Família, divisão sexual do trabalho e reprodução social.....	91
2.3 Alienação e ideologia a serviço das relações patriarcal-racista-capitalistas: crítica à ideia de natureza.....	104

2.4	Feminismo e socialismo: uma relação necessária	120
2.4.1	A contribuição do feminismo materialista francófono.....	133
2.5	Movimento feminista: história e dilemas contemporâneos no contexto brasileiro	139
2.5.1	A institucionalização do movimento feminista: subordinações e resistências.....	152
CAPÍTULO 3. Feminismo e consciência militante feminista		
	no Brasil.....	161
3.1	Pesquisa de campo e procedimentos metodológicos ...	165
3.2	Os sujeitos coletivos da pesquisa.....	168
3.2.1	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).....	168
3.2.2	Marcha Mundial de Mulheres (MMM)	175
3.2.3	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)...	181
3.3	A importância do feminismo para a consciência militante e para a luta de classes.....	185
3.3.1	A formação da consciência militante feminista ..	186
3.3.2	A auto-organização das mulheres e a contribuição do feminismo para a luta de classes	204
3.4	Principais lutas, ações e financiamentos da AMB, MMM e MMC.....	214
3.5	Atualidade e desafios históricos do feminismo no Brasil	231
3.5.1	Relação com movimentos sociais e partidos políticos.....	236
3.5.2	Conquistas, dificuldades, limites e desafios.....	249
	“Conclusões”	261
	Referências.....	275

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

A primeira edição de *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, de 2014, supera as expectativas e preenche uma lacuna na produção teórico-crítica do feminismo que já instigava muitas de nós, militantes e pesquisadoras feministas. Afirmo com a maior satisfação e tranquilidade que esta obra de Mirla Cisne se consolidou como referência nacional para além do Serviço Social, tendo em vista a capilaridade que conquistou em outras áreas como educação, direito, história e ciências sociais. Longe sopraram os ventos deste livro. Certamente fruto de coerência, irreverência, rigor teórico-metodológico e linguagem apaixonante, capaz de nos enlaçar por horas de leitura.

Assim, iniciar os trabalhos da segunda edição de *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, de Mirla Cisne, é motivo de imensa alegria. Sou parte de uma nova geração que certamente foi pensada como público-alvo desta obra: militante, pesquisadora e assistente social feminista. Vivendo um momento de crescimento do feminismo sob influência de diferentes perspectivas teórico-políticas, o contato com este livro possibilitou (e ainda possibilita) a apreensão das bases materiais e subjetivas da desigualdade entre homens e mulheres com base no método materialista histórico e dialético. Dessa forma, contribui para o avanço na consciência crítica como sujeitos revolucionários, no sentido da *consciência feminista* e da *consciência militante feminista*, pensando a direção que queremos construir na luta pela emancipação humana.

No tempo de prevalência dos fragmentos, do relativismo do cotidiano, do culturalismo e do crescimento da perspectiva pós-moderna no Serviço Social, Mirla oferece à nossa profissão uma importante referência bibliográfica para os estudos sobre as relações sociais de sexo, refletindo com base em categorias como totalidade, contradição e mediação. Nesse sentido, se pensarmos o projeto ético-político do Serviço Social a partir das dimensões da produção de conhecimento, da direção impressa nas entidades da categoria e nos instrumentos jurídico-legais da profissão, esta obra se constitui um importante marco na defesa e na consolidação do atual projeto profissional, principalmente quando falamos das especificidades das mulheres. Ora, levar às prateleiras do Serviço Social uma análise materialista da realidade das mulheres com tamanha profundidade marca primeiramente a dimensão da produção de conhecimento, mas também nos subsidia nas posições ético-políticas, como também abre espaço para novas produções e debates, ou seja, reafirma e faz crescer o feminismo na agenda do Serviço Social.

No mesmo ano de lançamento da primeira edição deste livro, em 2014, a assembleia da ABEPSS, realizada no XIV ENPESS, na cidade de Natal/RN, aprovou a obrigatoriedade de ao menos um componente curricular que abordasse os estudos sobre as relações sociais de classe, gênero, “raça”/etnia e sexualidade, compreendendo essas dimensões como fundantes da questão social e, sobretudo, da questão social brasileira. Não há uma aplicação imediata desta orientação; ela demanda tempo, reformulações e processos burocráticos. O que quero destacar é a relevância desta obra para esse momento que o Serviço Social vive, na perspectiva de contribuição para o fortalecimento dessas temáticas na profissão. Ora, no corrente ano, esta Editora traz não só a segunda edição deste livro, mas também o lançamento de *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*, parceria dessa autora com Silvana Mara Morais dos Santos, na mais nova edição da Biblioteca Básica do Serviço Social. Esses lançamentos constituem avanços, abertura de novos espaços de discussão e também revelam consolidação de debates coletivos por um conjunto de profissionais. Que possamos

nos debruçar nesses trabalhos e que eles sirvam de referência para nossas disciplinas na graduação e pós-graduação.

Como retornos e desdobramentos de leituras do livro realizados por intermédio de diversos debates e bancas de mestrado e doutorado em que a autora participou, pôde perceber o alcance do feminismo materialista; a crítica marxista sobre o conceito de gênero; a abertura para a adoção prioritária da categoria relações sociais de sexo e, também, alguns limites da obra. Sobre os limites, a autora nos relatou a importância em se ter uma análise mais cuidadosa da crítica que tece à perspectiva da interseccionalidade, o que procurou fazer com Silvana Mara no já referido novo volume da Biblioteca Básica do Serviço Social, lançado em 2018: *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*.

Outro limite da obra foi em torno de uma das dimensões que Cisne (2014) afirma compor a consciência militante feminista: “o sair de casa”. Ao longo dos debates acadêmicos e políticos tecidos com base no livro, ou seja, no contato com outras mulheres que se põem a refletir em conjunto sobre os desafios da formação da consciência feminista, a autora, nesta edição, chega à seguinte conclusão:

Passamos a entender que, muito mais importante do que *sair de casa*, é a *casa sair de dentro de si*. Trata-se de entender que a síntese em que chegamos na dimensão do *sair de casa*, não é meramente uma questão do movimento de ir e vir. Afinal, o mais comum são as mulheres, ao saírem de casa, carregarem consigo a preocupação e o monitoramento de toda a dinâmica de responsabilidade que envolve o trabalho doméstico, procriativo e emocional que desempenham. Em outras palavras, as mulheres saem de casa, mas as carregam consigo, daí o necessário entendimento de que *não nos basta sair de casa, é preciso que a casa saia de dentro de nós* (grifos da autora; p. 193-194).

Esse movimento de “sair de casa e a casa de sair de si”, como a autora nos revela ao analisar as entrevistas de militantes de movimentos de mulheres, envolve o processo de formação da *consciência*

feminista e, pela mediação da formação e da participação política, da *consciência militante feminista*. É uma possibilidade e um confronto com um modo de vida dominante; uma postura de resistência e de tomada de si. A experiência de estar com outras mulheres no exercício da política permite desnaturalizar a submissão, os encargos majoritários com o trabalho doméstico e com a família, bem como provocar a luta por nossa autonomia, na medida em que podemos elaborar projetos pessoais e projetos políticos. É um movimento que permite o questionamento da nossa condição material e subjetiva.

Outra modificação nesta edição merece nosso destaque. Mediante as críticas tecidas ao conceito de “gênero” — por ser amplo a ponto de comportar diferentes vertentes teórico-metodológicas, não evidenciar desigualdades e relações estruturais —, a autora apresenta como sugestão a utilização da categoria “relações sociais de sexo”, a partir de estudos do feminismo francófono. Falamos de *rappports sociaux de sexe*, originalmente do francês, que se diferencia no conceito e na terminologia de *relations sociales de sexe*. O primeiro diz necessariamente de relações estruturais; o segundo, de relações individuais, pessoais. Como essa é uma diferenciação que na “língua portuguesa não expressa a noção de contradição” (Almeida *apud* Cisne, 2018, p. 73), a autora argumenta que,

Nesse sentido, uma outra possibilidade de denominar a categoria *relações sociais de sexo* em português seria a utilização de “relações patriarcais de sexo”¹ (Almeida, 2017), uma vez que o patriarcado remete ao entendimento antagônico, hierárquico e conflital entre homens e mulheres, assegurando o sentido de *rappports*, que dá origem à categoria em discussão.

1. A primeira vez em que essa categoria *relações patriarcais de sexo* foi descrita teve como autora a feminista Janaiky Almeida (2017) em sua importante tese de doutorado (*Organismos Internacionais e Enfrentamento à Precarização do Trabalho das Mulheres na América Latina*), não apenas como uma alternativa à ausência de uma tradução específica em português ao termo *rappport*, mas como uma forma de dar visibilidade ao patriarcado, algo indispensável ao considerarmos a nossa formação sócio-histórica e econômica do Brasil.

A utilização de “patriarcado” no Brasil também possibilita o encontro de produções sobre o feminismo no campo marxista, considerando ser um termo conhecido, apropriado e utilizado por pesquisadoras e militantes feministas. Além disso, contribui para pensar a formação sócio-histórica do Brasil, dialogando com autoras fundamentais como Saffioti, que problematiza as marcas patriarcais e racistas de nossa formação.

Se no prefácio da primeira edição Elaine Behring (2014, p. 14) é precisa e acerta ao projetar que “[...] trata-se de um livro que tem todos os ingredientes para se tornar uma referência do debate acadêmico crítico dentro e fora da área de Serviço Social, bem como para os movimentos sociais”, ousou arriscar que *Feminismo e consciência de classe no Brasil* tem recurso suficiente para se transformar em um clássico do feminismo materialista ao lado de *A mulher na sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti. Aliás, outra leitura indispensável para quem quer estudar relações sociais de sexo, patriarcado ou gênero (numa perspectiva crítica). Minha projeção não é aleatória. Mirla apresenta nesta obra uma análise original de três questões fundamentais: 1) a compreensão da classe e do trabalho em uma perspectiva de totalidade; 2) a formação da consciência na particularidade das mulheres; 3) a importância do feminismo e dos movimentos de mulheres para emancipação humana.

A compreensão que “a classe trabalhadora tem dois sexos” (Souza-Lobo, 2011) encontra sua materialidade da divisão sexual do trabalho, fruto das relações sociais de classe e de sexo que atribuem aos homens os trabalhos ligados à atividade produtiva e às mulheres os trabalhos da reprodução, colocando-os em condição de desigualdade (Kergoat, 2009). Nessa lógica, as dimensões da produção e da reprodução social são dissociadas, quer dizer, não são lidas como uma unidade, o que permite a desvalorização das tarefas atribuídas às mulheres em relação às dos homens. A análise intermediada pela perspectiva de totalidade nos permite pensar essas duas dimensões como processos indissociáveis e igualmente essenciais para produção e reprodução das relações sociais de produção capitalista. É nesse sentido que o

feminismo materialista elabora críticas à jornada extensiva, intensiva e intermitente de trabalho das mulheres (Ávila, 2009), que assumem obrigatoriamente os encargos com trabalho doméstico, envolvendo os cuidados com a família e a casa.

Dentre outras fontes, merece destaque o pioneirismo de Cisne na tradução e nas reflexões à luz de produções de autoras feministas francófonas, com grandes contribuições para o feminismo materialista. É a partir dessas leituras que a autora formula a crítica ao conceito de gênero, sugerindo a utilização das categorias relações sociais de sexo ou relações patriarcais de sexo, nesta nova edição, como abordamos anteriormente.

Tais elucidações nos subsidiam nas críticas às perspectivas de esquerda e às leituras do marxismo que insistem em considerar as relações sociais de sexo e “raça”/etnia como apêndices na análise da classe trabalhadora. Para nós, são centrais, estruturam a dominação e exploração de classe de forma *consubstanciada* e *coextensiva*, num processo dialético em que se coproduzem mutuamente (Kergoat, 2012).

Ao mesmo tempo, aqui temos elementos suficientes para contrapor as afirmações de que a opressão às mulheres está apenas no plano dos valores, da cultura e da educação. A autora transpõe os limites de uma análise meramente fenomênica quando trabalha na perspectiva de desnaturalizar e historicizar a ideologia, compreendendo-a como fruto da divisão social, sexual e racial do trabalho, saturando-a de determinações. Assim, parte da perspectiva de que ideologia e consciência são resultado de relações sociais, tensionadas pela dinâmica da luta de classes e pela dominação patriarcal-racista-capitalista e, portanto, possuem base material. Especificamente em relação às mulheres, nossa histórica destinação prioritária ao espaço privado, à atividade de pouco desenvolvimento intelectual e a condição de subordinação são naturalizadas, consideradas estáticas e impossíveis de serem transformadas (Cisne, 2014). Em contraponto, defende a autora que politizar as relações sociais de classe, sexo e “raça”/etnia é fundamental para a construção de um processo de formação de

consciência emancipatória, que deve estar atenuado ao movimento feminista revolucionário.

O terceiro ponto que quero destacar é em relação à importância do feminismo e dos movimentos de mulheres para emancipação humana, uma vez que possibilitam a formação da consciência revolucionária e o questionamento da condição de alienação da classe trabalhadora, e particularmente das mulheres. Desalienar as relações sociais envolve a luta pela superação da divisão social, sexual e racial do trabalho e, nesse sentido, atesta a necessidade de pensar o socialismo articulado ao feminismo e ao antirracismo (Cisne, 2014). Nessa lógica, a libertação das mulheres virá apenas mediante um processo revolucionário que seja capaz de destruir a estrutura do sistema patriarcal-racista-capitalista em sua totalidade. Deve confluír, portanto, a superação da atual forma de organização da produção e do trabalho — sob apropriação privada, exploração e alienação —, à superação de um conjunto de normas e valores que é produto e reprodutor de desigualdades e de subordinação das mulheres.

É nesse sentido que alerta-nos Cisne (2014, p. 116) que

[...] a emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica; ela envolve dimensões profundas da condição de se tornar humano, ou melhor, envolve a profundidade ontológica da construção do ser social como ser genérico.

Quer dizer, a emancipação da mulher é condição para emancipação humana no sentido da humanização das relações sociais, da possibilidade do trabalho como momento de satisfação de necessidades e de realização individual e coletiva, como ser humano genérico dotado de autonomia e plena liberdade.

O feminismo e o movimento de mulheres possibilitam coletivizar experiências, demandas e organizar insatisfações diante do cenário de desigualdades. Permite politizar e dar visibilidade às desigualdades entre homens e mulheres, colocando-as em movimento como sujeito coletivo e político. Assim, diante das possíveis e fundamentais

contribuições do feminismo e dos movimentos de mulheres para a construção do processo revolucionário, Mirla Cisne apresenta uma análise sobre os desafios e as possibilidades dos três principais movimentos de mulheres no Brasil, problematizando suas formas organizativas, estrutura e militância.

Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de construção de um partido revolucionário que seja capaz de organizar a classe trabalhadora a partir da universalização de suas demandas. Sob essa perspectiva, o partido político deve ser instrumento para construção de estratégia e táticas na defesa de um projeto de sociedade elaborado coletivamente. Portanto, deve ser capaz de transpor lutas imediatas e corporativistas, proporcionar momentos de formação política permanente e ter uma direção democrática que assuma a vanguarda das lutas sociais. Para tanto, é fundamental que o partido tenha capilaridade nas mais diversas lutas da classe trabalhadora, como a luta das mulheres e do feminismo, respeitando sua autonomia.

Vivemos uma conjuntura de acirramento da luta de classes no Brasil. De um lado, crescimento organizativo da direita, que historicamente é marcada pelo patrimonialismo, autoritarismo, racismo e machismo nesse país desde a colonização. Esses setores, sob a presidência ilegítima de Michel Temer, têm imprimido retrocessos à classe trabalhadora com suas contrarreformas. Ao mesmo tempo, têm retomado valores tradicionalistas e conservadores, como a defesa da família “tradicional” — monogâmica burguesa —, o papel de submissão das mulheres, a tutela sob os corpos e sexualidades da população LGBT, com retorno acelerado e acentuado da militarização da política e da polícia.

As contradições se intensificam e se revelam ao passo que cresce também a organização feminista, bem como da população negra e LGBT. Pelas ruas das cidades que só têm nome de homem², crescem as mobilizações de massa convocadas por feministas autônomas, de

2. Faça referência ao espetáculo de teatro *Todas as ruas têm nome de homens*, da Confraria de Teatro, Vitória (ES).

movimentos sociais e de partidos políticos. No ano de 2015, em especial, vivemos no Brasil uma série de mobilizações sociais contra o Projeto de Lei (PL) 5069, num levante de mulheres que os movimentos sociais e os partidos de esquerda chamaram de *Primavera Feminista*. Além da interrupção da tramitação do PL, as mulheres conseguiram contribuir no processo que resultou na cassação do mandato do deputado autor de tal projeto, uma vitória parcial e importantíssima, que aglutina força e experiência para novas jornadas.

No corrente ano, a indignação diante o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, negra, feminista, lésbica, defensora dos Direitos Humanos e da classe trabalhadora, impulsionou novas ocupações de vias públicas, em manifestações que se espalharam por capitais e interiores do Brasil. A barbárie que se instalou no atual estágio de acumulação capitalista, intensificada pelo contexto de crise civilizatória, não é sentida passivamente pelas mulheres.

Em 2018, ano em que se completam trinta anos de promulgação da Constituição Federal brasileira, um marco no processo de redemocratização com o fim da ditadura civil-militar, o país elege dois militares para presidência do Brasil. Sua coligação vem sob o mote “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que evidencia o histórico enlace entre conservadorismo religioso, burguesia e militarismo no país. Como principal resistência, as *hashtags* “ele não”, “ele nunca” e “ele jamais” ocuparam a internet e as ruas do Brasil. Cada vez menos é possível afirmar que a luta das mulheres é secundária ou que fragmenta a luta de classes: temos demonstrado protagonismo, força e capacidade de agregar diversos setores, constituindo-nos em um dos principais focos de resistência no país. São novas linhas de nossa história sendo escritas na dureza de uma conjuntura que aumenta jornada de trabalho, desemprego, instabilidade, repressão, e se apropria cada vez mais do nosso tempo. Queremos disputar o futuro das mulheres e da humanidade. Nossos desafios são enormes. Eles são do tamanho de nossos sonhos. Florescemo-nos...

Viviane Vaz Castro
Mossoró, outubro de 2018

Referências

ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano V, n. 4, dez. 2011.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

_____. *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute, 2012.

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Introduzir a(o) leitora(or) na obra *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, de Mirla Cisne, é tão gratificante e prazeroso quanto foi nossa relação orientadora/orientanda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, concluída em 2013. Este livro, que resulta da tese de doutorado a que faço referência, é o corolário de um longo processo de formação intelectual — acadêmica e militante feminista — ao longo da vida dessa jovem e talentosa pesquisadora, professora da UERN, desde sua inserção no movimento estudantil de Serviço Social e no movimento feminista até tornar-se docente (e continuar militante, claro!). Poderia dizer que ao falar da formação da consciência militante das mulheres dos movimentos sociais brasileiros, a autora está falando um pouco de si mesma, daquelas inquietações que foram surgindo a partir de seu vínculo visceral com este objeto. Sabemos como pesquisadores que esta é sempre uma relação arriscada, em função do viés subjetivo que pode se interpor como dificuldade para desvendar o objeto, já que o cotidiano é um claro-escuro de verdade e engano, como nos ensina Karel Kosik. No entanto, o resultado a que chegou a autora e que está condensado nesta obra, mostra coisa bem diversa. Aqui, sua relação gramscianamente apaixonada com o objeto, e a perspectiva metodológica que adota — o materialismo histórico e dialético — e que tem nas categorias heurísticas da totalidade, contradição e mediação pilares fundamentais, bem como sua tenacidade e disciplina pessoais como pesquisadora e militante, reproduzem sistematicamente o objeto, saturando-o de determinações. O envolvimento

da autora é exatamente a condição subjetiva e material que ela tem para se aproximar cuidadosamente do objeto, desbloquear possíveis resistências, circular entre sujeitos políticos que muitas vezes têm dificuldades de diálogo entre si, o que nos faz conhecer dimensões inexploradas do movimento feminista no Brasil.

Os que conhecem um pouco meus trabalhos de pesquisa sabem do envolvimento com temas como política social, seguridade social, orçamento público e estudos teóricos sobre a teoria do valor e o fundo público. Possivelmente ocorre a pergunta sobre como vim a orientar uma pesquisa sobre categorias como consciência de classe, patriarcado, relações sociais de sexo e feminismo. Penso que o que nos aproximou foram três pontos em comum: o método materialista histórico e dialético; a experiência militante, ainda que a minha não tenha sido diretamente feminista; e uma inquietação em torno do sujeito político no Brasil contemporâneo e a perspectiva da transformação dessa ordem social, no ambiente da crise estrutural do capitalismo com seus desdobramentos no país. Isso combinado ao fenômeno do transformismo no contexto da chegada ao governo federal do Partido dos Trabalhadores, sem produzir rupturas mais profundas em relação ao neoliberalismo — ainda que traga novidades para a vida cotidiana dos “de baixo” —, porém desenvolvendo uma singular relação com os movimentos sociais no Brasil, o que se constituiu num verdadeiro divisor de águas entre esses. Tais eixos e preocupações fizeram a riqueza dessa relação acadêmica profundamente horizontal e na qual tive a oportunidade de aprender muito, de aprimorar minha consciência feminista, de conhecer novos e promissores horizontes para a luta de classes e construção de uma sociedade emancipada. Como as(os) leitoras(es) podem constatar, expresso nesse espaço minha admiração pela autora e seu trabalho, e gratidão por ter participado desse início de seu processo de maturação acadêmica, que hoje se desdobra na pesquisa na universidade pública. Esse profícuo encontro teve lugar no Rio de Janeiro e em Paris, país de forte tradição do pensamento crítico feminista desde Fourier, Simone de Beauvoir até Jules Falquet e outras companheiras nos dias de hoje. Nessas cidades nos encontramos, pois

estive entre 2011 e 2012 a realizar meu pós-doutorado na França, na mesma ocasião em que nossa autora foi apreender o debate feminista francês sob a batuta de Jules Falquet, que tive a grata oportunidade de conhecer e cuja incidência no desenvolvimento desse trabalho, o prazer de compartilhar. A persistência e convicção de propósitos de pesquisadora de Mirla se revelou de forma plena nesse momento, com o enfrentamento dos obstáculos do idioma e acompanhamento da vida francesa, além da pesquisa densa sobre o debate francófono, em que se opera a superação teórica da categoria relações sociais de gênero para relações sociais de sexo.

Pelo exposto até aqui, já enunciei algumas boas razões para mergulhar nesta obra. Mas é importante sinalizar mais algumas. Estamos diante de um trabalho que traz vários elementos novos, provocações e descobertas para as quais quero chamar a atenção. Nos dois primeiros capítulos, dois eixos orientadores centrais da pesquisa são desenvolvidos: os processos de formação da consciência e a necessária articulação entre classe, sexo e raça para uma compreensão plena desses processos, suas possibilidades e limites. Não são temas novos, mas há originalidade na sistematização acerca da forma com que foram e são tratados na tradição marxista, inclusive com a crítica ao economismo e ao marxismo vulgar, mostrando que as dimensões de sexo e raça são centrais para a compreensão da classe em si e para si, e que uma consciência e uma sociedade emancipadas precisam incorporar essas dimensões. A reflexão sobre o mote, não haverá socialismo sem feminismo, ganha aqui uma densidade inédita e a autora é corajosa ao enfrentar as polêmicas no interior da tradição marxista. Especialmente o segundo capítulo do livro traz uma ampla pesquisa sobre os fundamentos teórico-políticos do feminismo a partir de uma profunda revisão bibliográfica da literatura brasileira e francesa, com destaque para a crítica da categoria gênero, a centralidade do patriarcado e a relação entre família e reprodução social, bem como a crítica à suposta natureza feminina e seus desdobramentos ideológicos sobre a consciência das mulheres, temas indispensáveis para os que se debruçam sobre a condição das mulheres no capitalismo e seus processos de

organização e resistência política. Ainda nesse capítulo encontramos uma consistente síntese da história do movimento feminista no Brasil até os dias de hoje.

No terceiro capítulo, verdadeiramente apaixonante, revela-se “a dor e a alegria de ser o que é” (Caetano Veloso) das mulheres de carne e osso que militam no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), na Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), os três mais expressivos movimentos de mulheres do país. A partir dos depoimentos dessas mulheres, dirigentes em níveis diferenciados desses movimentos, é possível reconstruir seus processos de formação da consciência, as rupturas que ousaram fazer e o que as moveu a fazê-las. A análise extrai da realidade da vida das mulheres e dos documentos e das manifestações públicas dos movimentos em foco, o modo de ser desses movimentos, sua posição no debate político, sua relação com o Estado e os governos, especialmente no presente momento de transformismo do PT com impactos sobre os movimentos sociais e suas pautas. A análise revela as tensões contemporâneas dos sujeitos políticos a partir da singularidade dos movimentos de mulheres. Destaco, por fim, a linguagem fluida, clara e poética, o que torna o contato com o texto muito agradável. Por tudo isso, trata-se de um livro que tem todos os ingredientes para se tornar uma referência do debate acadêmico crítico dentro e fora da área de Serviço Social, bem como para os movimentos sociais. Falar mais seria retirar o prazer da degustação, quando meu objetivo é convidar à leitura! *Bonne aventure!*

Profª. dra. Elaine Rossetti Behring
Inverno leve, Botafogo, Rio de Janeiro.
FSS/UERJ — CNPq

INTRODUÇÃO

Criar é tão fácil ou tão difícil quanto viver,
E é do mesmo modo necessário.

Fayga Ostrower (2004)

A formação da consciência de classe na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação que a permeiam, bem como pela ideologia dominante a ela associada, que levam muitos indivíduos sociais a naturalizarem e até mesmo a reproduzirem relações de dominação. Assim, ao contrário de se rebelarem contra uma ordem que os explora e oprime, adequam-se e, muitas vezes, submetem-se a essa dominação. Felizmente, alguns, também, no processo de formação da consciência e da luta de classes, rebelam-se contra essa ordem, ainda que esse não seja um processo hegemônico.

Mauro Iasi (2002, p. 13), estudioso do processo de formação da consciência, parte da seguinte inquietação investigativa: “Como os indivíduos moldados para a conformidade e o consentimento podem se rebelar contra a ordem que os moldou?”. Passemos a refletir essa inquietação na particularidade da vida das mulheres. Além de todas as relações de alienação e de dominação ideológica vivenciadas pelos homens, as mulheres também são marcadas pela força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como apolíticas,

passivas e submissas. Nesse contexto, partimos da seguinte questão para a elaboração da nossa tese de doutorado¹ que deu origem a este livro: Como as mulheres desenvolvem a formação da consciência de classe?

Considerando que essa consciência é mediada pelos movimentos feministas na dinâmica da luta de classes, o que envolve, portanto, processos coletivos de formação de uma consciência voltada para a transformação social, acrescentamos à pergunta anterior: Como ocorre o processo de formação da consciência militante² feminista em uma sociedade patriarcal e capitalista?

Para adentrar na compreensão mais aprofundada sobre essa questão, consideramos importante compreender os diferentes projetos societários em disputa e seus fundamentos que consubstanciam as mais diferentes configurações da luta de classes. Delimitaremos, nesse cenário, a análise do movimento feminista. Mais particularmente, procuramos apresentar o projeto societário feminista-socialista em contraposição ao patriarcal-capitalista, incontestavelmente hegemônico na sociedade. Partimos do entendimento desses projetos societários só podem ser compreendidos no seio da dinâmica da luta de classes que, por sua vez, envolvem o processo de formação de consciência. Assim, trabalharemos classe, luta de classes e consciência de classe como categorias correlatas e indispensáveis para o entendimento dos projetos societários em disputa.

O movimento feminista ao longo de sua história trouxe à tona discussões e lutas que, obviamente estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital. Destacamos especialmente a contestação à propriedade privada e à família nuclear burguesa e monogâmica, condicionalidades fundamentais para a sustentabilidade do capitalismo. Além disso, ressaltamos a

1. A tese foi defendida em 2013, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o título: *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*, sob orientação da profa. Elaine Behring e da profa. Jules Falquet (durante o estágio doutoral realizado na Universidade de Paris 7, em 2012, com apoio da Capes).

2. Segundo Iasi (2002, p. 37), falamos em militância “por analogia ao soldado que adere a uma ação coletiva organizada e integrada”.

denúncia à apropriação do corpo da mulher e à exploração da força de trabalho feminina, tanto na esfera produtiva, como reprodutiva.

A relevância do feminismo ganha maior visibilidade quando compreendemos que as mulheres são, segundo Mészáros (2002), 70% dos pobres do mundo. São também as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas. São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos para levarem seus(suas) filhos(as), bem como em busca de vagas nas escolas; são muitas delas que não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, ou até mesmo por não terem sequer as suas documentações, especialmente as rurais; são elas que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência da sua família.

Acreditamos que a identificação de focos de resistência e de sujeitos políticos coletivos contrários ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado, é um fecundo meio para percebermos a existência de aliados políticos que oxigenam nossa luta pela emancipação humana. Essa identificação é importante, em especial, em tempos de capital fetiche — em que são obscurecidos o mundo do trabalho e suas lutas —, e de radicalização das desigualdades sociais (Iamamoto, 2008). Afinal, há, no seio das contradições dessa sociabilidade desigual, “toupeiras” que resistem na tentativa de corroer as bases do capital e construir uma sociedade substantivamente livre e igualitária. Desta feita, enquanto houver seres sociais, haverá a possibilidade de construirmos relações sociais igualitárias, o que nos leva à plena convicção da falsidade ideológica de que chegamos ao “fim da história”.

É nesse movimento de resistência, avanços e recuos — próprio da luta de classes e da dinâmica da formação da consciência — do feminismo que procuraremos focar a análise do nosso objeto. Para tanto, apresentamos como objetivo geral deste trabalho: *Compreender a formação da consciência militante feminista na luta de classes no Brasil contemporâneo.*

Esse sentido geral exige: debater classe, luta de classes e a formação da consciência na tradição marxista; identificar as atuais perspectivas

teórico-políticas do feminismo no Brasil; analisar as principais implicações políticas da institucionalização do movimento feminista para a luta pela emancipação das mulheres; e identificar elementos constitutivos da consciência militante feminista junto às mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e sua relação (de resistências e subordinações) com a luta de classes.

Como método de exposição, dividimos nosso livro em três capítulos. No Capítulo 1, trabalhamos as categorias consciência, classe, luta de classes, alienação e ideologia. Todas embasadas pela perspectiva marxista. Buscamos aqui nos diferenciar da perspectiva que homogeneiza a classe. Por isso, ressaltamos em um item do capítulo que a classe trabalhadora possui sexo e “raça”³/etnia.

No Capítulo 2, buscamos compreender alguns fundamentos teóricos e políticos do feminismo com o intuito de obtermos um embasamento para analisar a formação da consciência das mulheres em uma sociedade não apenas capitalista, mas, também, patriarcal e racista. Para tanto, consideramos fundamental a crítica à ideologia da natureza, bem como a compreensão da divisão sexual do trabalho, da instituição família e do próprio patriarcado como um sistema composto com o capitalismo e o racismo. Assim, buscamos compreender as relações sociais de sexo,⁴ “raça” e classe como relações consubstanciais,

3. Referimo-nos à categoria “raça” não como característica biológica, de classificação (racista) humana, já que cremos que pertencemos a uma única raça. Trabalhamos com a categoria de “raça” “como a construção simbólica, cultural, e sobretudo política, que tem feito do biológico, estratégia onde se sustenta o racismo” (Curiel, 2009, p. 1). Por fim, apresentamos, ainda, a defesa de Falquet (2012, p. 12) para a sua utilização: “É para visibilizar o peso considerável do racismo que eu emprego sistematicamente o conceito de ‘raça’ mais que os de cultura ou de etnia. A ‘raça’ constitui para mim uma relação social, ligada à divisão do trabalho e que dá lugar a processos de construção social da ‘raça’ ou ‘racização’ [...]. Ela inclui diferentes manifestações e pode encobrir questões de aparência fenotípica, de filiação cultural, de nacionalidade mas também um estado legal e/ou migratório” (tradução nossa).

4. “Relações sociais de sexo” é uma categoria de origem francófona. Na língua de origem, é denominada *rappports sociaux de sexe* e não *relations sociaux de sexe*. Como não temos uma tradução específica no português para *rappports*, traduzimos para relações, que é a tradução tanto para *relations* quanto para *rappports*. Contudo, o sentido que gostaríamos de dar é o de *rappports*, por estar vinculada às relações sociais mais amplas e estruturantes, diferente de

como nos aponta o feminismo materialista francófono. Ainda nesse capítulo, traçamos um breve perfil histórico-político do feminismo no Brasil e ressaltamos a importância da relação entre feminismo e socialismo para a emancipação humana.

No Capítulo 3, mergulhamos mais diretamente no nosso objeto de estudo: a formação da consciência militante feminista na luta de classes no Brasil contemporâneo. Aqui, apresentamos, em especial, os resultados de nossa pesquisa documental e de campo, junto a militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e do Movimento de Mulheres Camponezas (MMC), nossos sujeitos da pesquisa. Traçamos um breve perfil dos movimentos investigados; identificamos os principais elementos da formação da consciência militante feminista; ressaltamos a importância do feminismo e da auto-organização das mulheres para a luta de classes; destacamos as principais lutas feministas desenvolvidas na primeira década dos anos 2000; avaliamos a relação entre os movimentos feministas investigados bem como sua relação com outros movimentos sociais e partidos políticos; identificamos as formas de financiamento desses movimentos; e, por fim, destacamos os principais avanços, desafios e dificuldades do feminismo na contemporaneidade.

Esperamos com a reflexão em torno desses conteúdos contribuir com o debate do feminismo e sua relação com um projeto societário anticapitalista; o debate em relação aos estudos feministas em uma perspectiva marxista e com as reflexões e ações prático-políticas dos movimentos de mulheres.

Por fim, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos à(s):

Myrtes Guerra Cisne (*in memoriam*), minha avó, pelos eternos sorrisos doces e pela teimosia de amar e cantar à vida, até o fim...

Minha pequena-grande família, certezas de força, acolhimento e amor: Myrtes Maria Cisne Álvaro, minha mãe; Kátia e Andréa, minhas irmãs; Lucas, Taís e Saul, meus sobrinhos.

relations que, no francês, designa-se às relações individuais. Para um maior aprofundamento, conferir o item 2.1 deste livro.

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), à Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) por todo apoio, especialmente as suas militantes que nos concederam entrevistas, diálogos e reflexões e tornaram este trabalho possível.

Elaine Behring, pela segurança em compartilhar a tese com suas mãos, por todas as ricas orientações e pelo carinho e atenção, sempre presentes.

Jules Falquet, a quem registro um agradecimento especial pela generosa acolhida em Paris, pelo rico mergulho no feminismo materialista francófono e pela disponibilidade nas orientações e na banca de defesa da tese.

Telma Gurgel, Maria Inês Bravo, Mauro Iasi e José Paulo Netto, por todas as contribuições na banca de qualificação e de defesa da tese, bem como pelo estímulo a essa publicação.

Amigas(os) de vida, em especial, à Marília Gurgel e Luciana Cantalice, com quem pude contar com a solidariedade do compartilhar da morada no Rio de Janeiro e com o abraço fortalecedor em momentos difíceis...

Capes, pela bolsa concedida no ano de 2012, para cursar o doutorado sanduíche na Universidade de Paris 7.

Companheiras de trabalho do Departamento de Serviço Social da UERN, que me possibilitaram cursar o doutorado com liberação integral.